

Como acabar com o desemprego

O caminho para combater os índices alarmantes de desemprego no país é uma política de pleno emprego, que propicie condições para a expansão do mercado de trabalho. Em palestra no seminário Pensando o Brasil, o economista e ex-candidato a vice-governador do Rio de Janeiro, José Carlos de Assis, defendeu o caminho da redução dos juros e do superávit primário, estabilização cambial e programa de investimento em políticas públicas.

7



3 As razões da violência no Rio
Jailson de Souza e Silva

5 A perda da Varig
Luiz Pinguelli Rosa


9 O mercado dos planos de saúde
Carlos Octávio Ocké-Reis



Basta ao desemprego!

■ O desemprego, no Brasil, nos últimos anos, só tem crescido e permanece como um problema a desafiar a ousadia dos governantes e autoridades públicas. No atual governo, postos de trabalho no mercado formal têm sido criados, longe, contudo, de reduzir a gravidade da moléstia social, como se pode verificar nas ruas, a olho nu, em especial, com o aumento da criminalidade e da população sem teto. As oportunidades geradas mal têm conseguido abater o número de jovens que, anualmente, desembarcam no mercado em busca de uma ocupação profissional.

É mais que oportuna, portanto, a discussão e a apresentação de propostas e caminhos para superar a crise do desemprego alto e permanente, que sufoca o país e a sociedade brasileira há, pelo menos, duas décadas. A crise é tamanha que não é mais possível que a solução do problema fique apenas nas mãos de governos, que se sucedem sem alterar, pelo menos, até agora, o drama social do desemprego em sua essência.

É preciso, então, que a sociedade eleve a sua voz e o seu tom de exigência. E é com este sentido que, nesta edição, o *JE* reproduz, de forma editada, a palestra do economista José Carlos de Assis, durante o seminário Pensando o Brasil, que várias entidades promoveram, na ABI, abordando os principais problemas contemporâneos do país. O desemprego, nos dias de hoje, se alastrou por camadas sociais e faixas etárias as mais amplas e generalizadas, de tal modo que vencê-lo é um dos principais desafios de nossa atualidade. 

SUMÁRIO

3 Jailson de Souza e Silva
Razões da violência no Rio

5 Luiz Pinguelli Rosa
Em busca do tempo perdido

6 Resenha
O controle de capitais como instrumento de estabilização



7

José Carlos de Assis
Requisitos de uma política econômica: pleno emprego

9 Carlos Octávio Ocké-Reis
O mercado de planos de saúde: o problema vira solução?

11 Felipe Slveira Marques
Compras governamentais Disputas de mercado

15 Fórum Popular do Orçamento
Aproposta orçamentária para 2007 - O ano do Pan

16 Eleições Corecon-RJ – Manifesto MRE
As tarefas para 2007

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004-2006): Carlos Henrique Ti-

biriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004-2006): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Razões da

violência no Rio

Primeiro de outubro de 2006. Dia da maior festa cívica brasileira, dia da eleição para presidente, governador e cargos legislativos. Nova Holanda fervilha, muita gente nas ruas. A escola Nova Holanda, como sempre, reúne multidões: eleitores; cabos eleitorais; crianças circulando...

Três “patamos” surgem do nada; os policiais chegam atirando, barbarizando. A correria e o desespero são imensos. Em instantes, o resultado da sanha assassina aparece: uma criança assassinada, um rapaz baleado. Revolta, protesto no Batalhão; truculência do comando; gás pimenta; mais protestos.

■ Jaílson de Souza e Silva*
Coordenador do Observatório Social de Favelas

Os “vermes”, como são chamados pelos bandidos os policiais, queriam dinheiro, mas o tráfico já tinha feito acordo com outro grupo e se recusa. Contudo, a versão formal que sai nos jornais, obviamente, é a de sempre: confronto entre traficantes e policiais foi a causa do drama, triste drama, cotidiano, banal, comum, humano. Por que tanta violência e, principalmente, por que a eterna repetição dos mesmos juízos sobre ela?

A vida cotidiana nas favelas do Rio de Janeiro é um mundo desconhecido para a grande maioria dos cariocas. Fascínio, preconceito e medo se entrelaçam nas falas dos moradores dos bairros formais, ao tratarem dos habitantes das favelas e de seus espaços. Isso porque as interpretações mais comuns sobre as favelas, a violência e o tráfico de drogas são caracterizadas por pressupostos sociocêntricos, que dificultam a compreensão e o encontro de alternativas adequadas para os problemas reais da vida nos espaços populares.

O sociocentrismo se materia-

liza quando, a partir dos padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, se estabelece um conjunto de comparações com outros, colocados, em geral, em condições de inferioridade. Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares, dentre outros, seguem esse padrão. Por isso, a valorização das ausências é eixo dos olhares dirigidos àquelas áreas urbanas: a favela é definida, de forma quase homogênea, por uma pretensa carência, seja de serviços públicos e equipamentos urbanos, de leis, de beleza e, no limite, de noções básicas de moral e de ética.

O paradoxo em que vivemos

A morte do jornalista Tim Lopes, o documentário Falcão, de MV Bill e Celso Athayde, além de enfrentamentos como a “guerra” entre Rocinha e Vidigal, dentre outros tantos fatos, permitiram que os moradores dos espaços formais do Brasil percebessem com mais intensidade um fato ignorado há vários anos: há uma guerra silenciosa na cidade, e muitos inocentes são por ela atingidos. Esses acontecimentos, todavia, contribuíram para reforçar ainda mais os estereótipos sobre as favelas, assim como, nas devidas dimensões, o atentado às torres gêmeas reforçou a política militarista e autoritária dos EUA no mundo.


O tráfico é demonizado, pois a população precisa de mitos; os moradores das favelas são vistos como seres humanos de segunda categoria, que se "reproduzem como ratos" e, potencialmente, criminosos.

A "guerra às drogas" é naturalizada, apesar de não ter um resultado prático em 25 anos. Nem mesmo a redução do acesso dos usuários à droga foi conseguida.

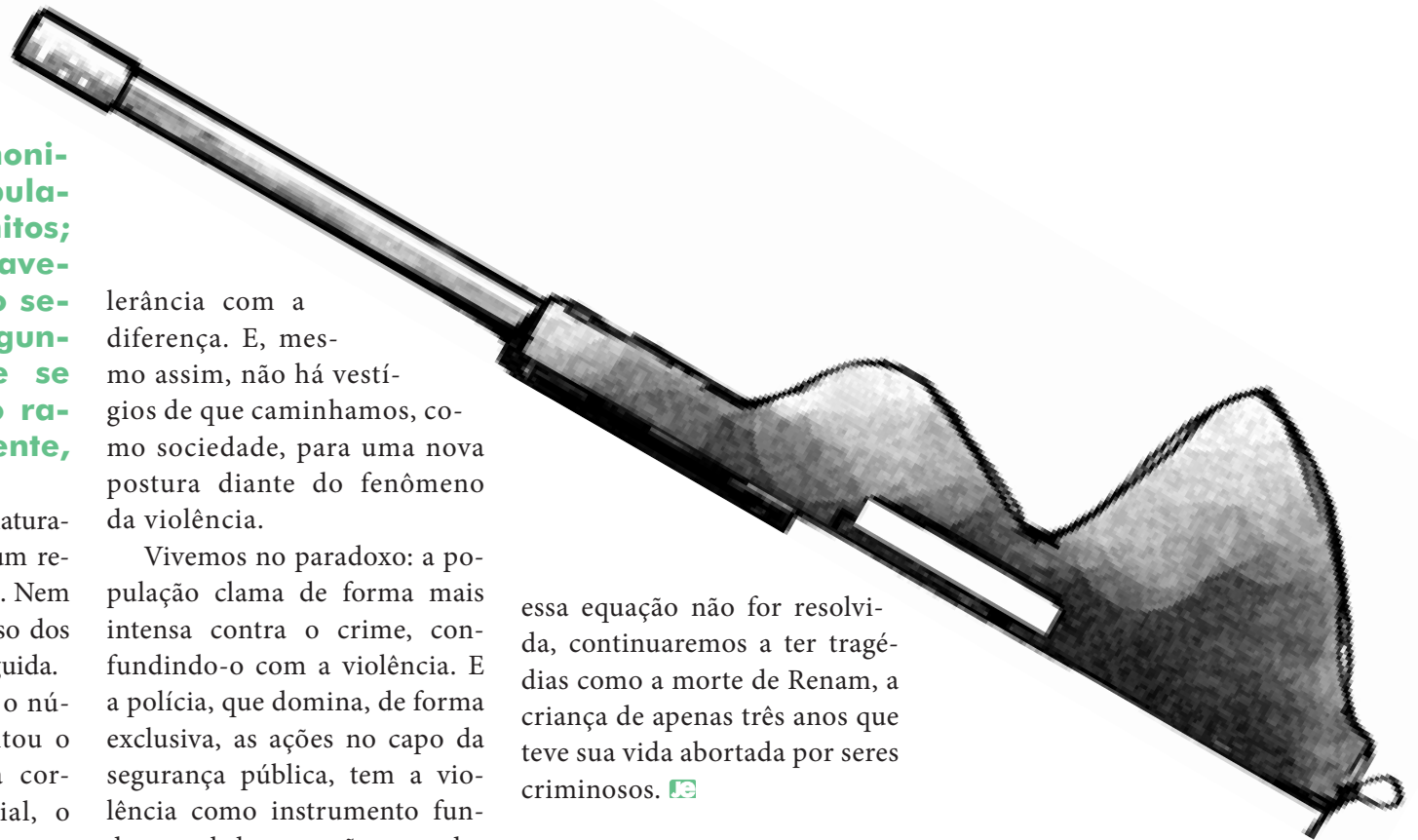
Por sua vez, triplicou o número de mortos; aumentou o gasto com segurança, a corrupção policial e judicial, o sentimento de insegurança, a criminalidade difusa, a into-

lerância com a diferença. E, mesmo assim, não há vestígios de que caminhamos, como sociedade, para uma nova postura diante do fenômeno da violência.

Vivemos no paradoxo: a população clama de forma mais intensa contra o crime, confundindo-o com a violência. E a polícia, que domina, de forma exclusiva, as ações no capo da segurança pública, tem a violência como instrumento fundamental de sua ação para deter a criminalidade. E enquanto

essa equação não for resolvida, continuaremos a ter tragédias como a morte de Renam, a criança de apenas três anos que teve sua vida abortada por seres criminosos. 

* Professor da UFE.



Convênio com CORECON - para profissionais, estudantes e seus respectivos dependentes.

MEDICINA DE REABILITAÇÃO

CONSULTAS

Fisioterapia, Ortopedia, Reumatologia, Neuropediatria, Cardiologia, Clínica Médica, Urologia, Nutrição, Cirurgia Plástica Reconstructora, Acupuntura.

SERVIÇOS MÉDICOS

- Fisioterapia com tratamentos Multidisciplinares, EPG	- AVD (avaliação de mão trava)
- Drenagem Linfática e Hidroterapia	- Terapia de Mão
- Radiologia	- Cybat (avaliação de capacidade Manual)
- Eletro-neurologia	- Aplicação de Botas para especificidade.
- Terapia Ocupacional	- Medicina Esportiva

OFICINA ORTOPÉDICA

Confeção de próteses e órteses, sapatos ortopédicos e palmilhas sob prescrição médica.
Loja Ortopédica - venda de produtos ortopédicos

HOSPITAL

Equipado para cirurgias nas áreas - Traumatologia-Ortopedia e Plástica Reconstructora.



Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação

Tel. 2294.6642 / 2512.2091
Atendimento através de planos/seguros de saúde e particulares.

Rua Jardim Botânico, 660 - Jardim Botânico / Rio de Janeiro - RJ
Site: www.abbr.org.br



Associado CORECON: Aproveite as Condições Especiais para matrículas efetuadas até dezembro!

Gestão Estratégica da Comunicação

"Este curso de Pós-Graduação atende a uma demanda no mercado e será uma fonte de captação de profissionais completos." -> Jomar Boltrame - Vice-Presidente da Embelliz

Gestão Estratégica em Vendas

"A tradicional maneira de vender não funciona mais, o vendedor moderno deve conhecer técnicas de estratégia e saber como implementá-las no seu cotidiano. A pós-graduação em gestão estratégica em vendas tem a proposta de municiar o profissional deste conhecimento e avançar seu potencial e performance, assim como incentivá-lo a novas atitudes frente aos desafios diários do mercado em que atua. O curso é muito bom e recomendo." -> Ricardo Aníbal Santos - Gerente Nacional de Vendas - Hughes Network Systems

Inscrições abertas - Tel.: 2102-3232
R. da Matriz 49, Botafogo - Campus II (próx. do Metrô Botafogo)
www.facha.edu.br/pos/holos




Em busca do tempo perdido



Luiz Pinguelli Rosa
Professor da COPPE

Perdeu-se muito tempo para resolver o problema da Varig. Este tempo é irreversível. O título parodiado de um romance de Proust não alivia o pesadelo por que passam os pilotos e funcionários desta empresa, cujo papel na história da aviação brasileira está retratado no Museu da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos. Lá podemos ver desde a imagem do primeiro avião da Varig, um hidroavião com motor elevado sobre as asas, até o turbo hélice Electra, que fazia a ponte aérea Rio-S.Paulo.

Após o leilão, a nova Varig – arrematada pela sua ex-subsidiária VarigLog, por sua vez arrematada pela novíssima Volo, ligada ao grupo financeiro norte-americano

Patterson – quis restringir-se apenas à ponte aérea Rio-S. Paulo, como uma empresinha regional, passando seus passageiros das linhas internacionais para outras empresas. Foi impedida pela Agência Nacional da Aviação Civil, ligada ao ministério da Defesa, tentando recuperar o tempo perdido.

O grande problema não é só acabar uma empresa com essa tradição e que conquistou uma posição importante para o Brasil, na aviação mundial, com um performance, em termos de segurança, de alto nível.

É também a enorme perda que o país terá no transporte aéreo internacional, com implicações várias: o desemprego, inclusive pilotos de vôos transatlânticos; a perda de receita em dólares de aviões de bandeira nacional; o aumento dos gastos em dólares pagos por passageiros brasileiros a empresas aéreas estrangeiras; e a perda pela União de alguns bilhões de reais da dívida da Varig, que só seria recuperada a longo prazo se a empresa continuasse operando seus aviões.

Há a questão da segurança nacional, tornada vulnerável com a grande redução da aviação comercial internacional do Brasil. **O país ficará exposto, em caso de uma crise mundial grave, ao risco de ter dificuldades nos vôos internacionais, que dependerão em grande parte das empresas aéreas estrangeiras.** Não é impossível isso ocorrer em um mundo conturbado, como mostram o ataque terrorista que destruiu as torres gêmeas em Nova Iorque, a invasão do Iraque pelos EUA, levando a uma guerra sem fim, e o conflito entre a Palestina e Israel, que atinge civis inocentes, como os brasileiros mortos – inclusive, crianças – por uma ação militar israelense irresponsável. Agora mesmo o governo brasileiro foi obrigado a resgatar, por avião, brasileiros ameaçados por Israel, no Líbano. O aumento de vôos para o exterior da TAM, a grande beneficiada com o colapso da Varig, demorará a compensar o vazio deixado. Os passageiros já enfrentam dificuldades hoje.

Esses pontos constaram de um documento encaminhado ao então ministro da defesa, o vi-

ce-presidente José Alencar, em decorrência de seminário que coordenei no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Em audiência, ouvi do novo ministro Waldir Pires sua preocupação em encontrar uma solução para essa crise da aviação civil brasileira. Mas, infelizmente, o problema não foi resolvido a tempo.

O governo oscilou entre o endurecimento – deixando a Varig entregue à disputa de interesses privados no mercado, que agravou a situação com notícias afastando passageiros e a tentativa de evitar a sua falência. Mas não atuaram a tempo de forma coordenada os diferentes atores – a Infraero, a BR, o Banco do Brasil – e o BNDES, que em outros momentos salvou empresas em situações difíceis, como as elétricas privatizadas.

A situação se deteriorou. O destino da Varig acabou nas mãos da Justiça do Rio. A nova Varig saiu do controle desastroso da Fundação Rubem Berta para as mãos da recém criada Volo, tendo como pivô o chinês Lap Chen. A emenda parece tão ruim quanto o soneto. Dos 9.500 empregados da Varig, talvez sobrem 1,5 mil ou 2 mil. De 82 aviões voando, em 2004, resta hoje uma dúzia.



Luiz Pinguelli Rosa

Resenha

Proficiência, relevância e homogeneidade. Difícilmente, estes três atributos são encontrados juntos em coletâneas de livros. Este é o mérito do livro “Câmbio e Controles de Capitais. Avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos”, de João Sicsú e Fernando Ferrari Filho, que apresenta uma coleção de artigos que têm como foco o ajuste das contas externas e a liberalização cambial e financeira.

■ Reinaldo Gonçalves
Professor titular, UFRJ

A homogeneidade está dada, nem tanto pela perspectiva keynesiana, mas, principalmente, pelo eixo estruturante do conjunto dos trabalhos. Este eixo é o seguinte: países em desenvolvimento, com enorme vulnerabilidade externa, não podem implementar liberalizações cambiais e financeiras com a extensão e a profundidade observada em países desenvolvidos. O fato é que países em desenvolvimento não podem perder um importante grau de liberdade quanto à política de estabilização macroeconômica, abrindo mão dos controles de capitais internacionais.

A excelente qualidade dos trabalhos torna difícil a tarefa de destacar algum em particular. O livro inclui dois subconjuntos de trabalhos que são igualmente relevantes. O pri-

O controle de capitais como instrumento de estabilização

meiro trata especificamente do tema de controle de capitais. Há uma sólida e profunda discussão teórica, bem como uma análise de experiências recentes. A discussão mostra a importância dos controles de capitais para a estabilização macroeconômica e para o desenvolvimento.

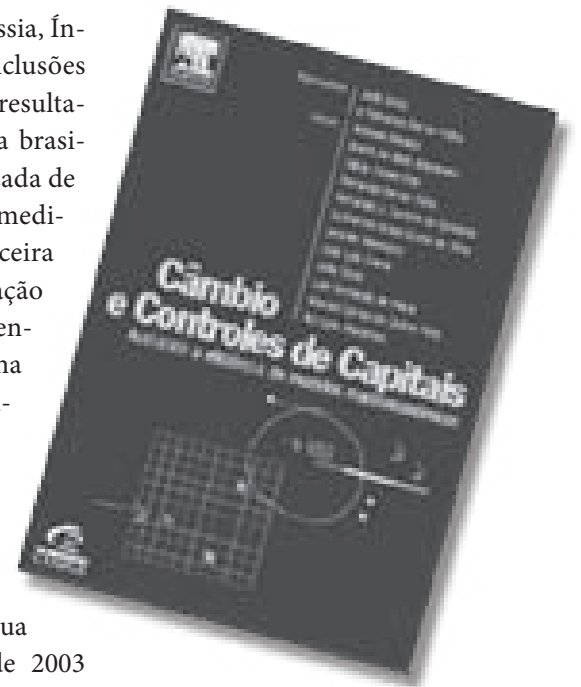
“Quadrúpede” brasileiro

Os autores discutem, ainda, teses tão equivocadas quanto oportunistas levantadas no Brasil, no passado recente. Dentre as teses contestadas, vale destacar a que associa controles de capitais com governos de esquerda, e a que associa risco-país com grau de conversibilidade da moeda nacional. Não é preciso dizer que estas teses são “demolidas”, em decorrência tanto da qualidade da crítica como da própria fragilidade das teses.

O segundo conjunto de trabalhos trata da relação entre regime cambial, política cambial, vulnerabilidade externa, liberalização cambial e financeira e desempenho macroeconômico. Estes estudos são mais focados em experiências históricas recentes

em países como Brasil, Rússia, Índia e China. Uma das conclusões mais relevantes é que o resultado medíocre da economia brasileira, desde o início da década de 1990, decorre, em grande medida, da liberalização financeira e cambial. Esta liberalização aumentou significativamente a vulnerabilidade externa do Brasil e, portanto, reduziu a capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos.

A relevância do livro decorre, ainda, da sua contemporaneidade. Desde 2003 a economia mundial tem experimentado um ciclo extraordinário de crescimento. Neste período, a economia brasileira vem tendo um crescimento medíocre. Ainda que alguns indicadores tenham apresentado tendência de melhora, a vulnerabilidade externa estrutural do país tem se mantido e, até mesmo, se agravado durante o governo Lula. Para ilustrar, é só verificar as seguintes tendências: dependência crescente em relação às exportações de produtos primários; crescente importância da de-



manda externa líquida, enquanto fonte de expansão da demanda agregada; e contínua liberalização financeira e cambial (e.g., a não-intervalização de parte da receita dos exportadores).

Durante muitos anos este livro será leitura obrigatória para aqueles que precisam entender o “quadrúpede” brasileiro (regime de câmbio flexível, meta de inflação, mega-superávit primário e liberalização cambial e financeira) e, mais especificamente, porque o “jegue Brasil” anda para trás. E, ademais, o livro apresenta muitos elementos para mudanças nas diretrizes e nas políticas de governo, que são condições necessárias para reverter a atual trajetória medíocre do país. Em síntese, um livro “nota 10, com louvor”.

João Sicsú e Fernando Ferrari Filho

Câmbio e Controles de Capitais. Avaliando a eficiência de modelos macroeconômicos

Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2006

267 páginas, R\$ 59,00.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Políticas de
Pleno Emprego**

Requisitos de uma política econômica: pleno emprego

O texto a seguir é um resumo editado da palestra do autor, durante o Seminário Pensando o Brasil, na ABI, promovido por diversas entidades do movimento social e da sociedade civil.

■ José Carlos de Assis
economista

Desde 1996, quando primeiro se vislumbrou no horizonte o risco de aprofundamento do desemprego no Brasil, eu, na época com alguma expectativa no governo FHC, escrevi um ensaio chamado “Antes que seja traída a Social Democracia”, pois ele assumiu o poder com um discurso social democrata e eu entendo por “social democrata” o regime político e social da Europa ocidental, sobretudo da Europa do Norte. Mas logo vi, em 1996, que a coisa estava tomando caminhos diferentes e foi aí que escrevi o artigo.

O que define para mim a situação social é o mercado de trabalho e a taxa de desemprego. A nossa é gigantesca há anos, com um desemprego absoluto. Desemprego absoluto é aquela situação em que o sujeito está desempregado, procurou ativamente emprego e não conseguiu nenhu-

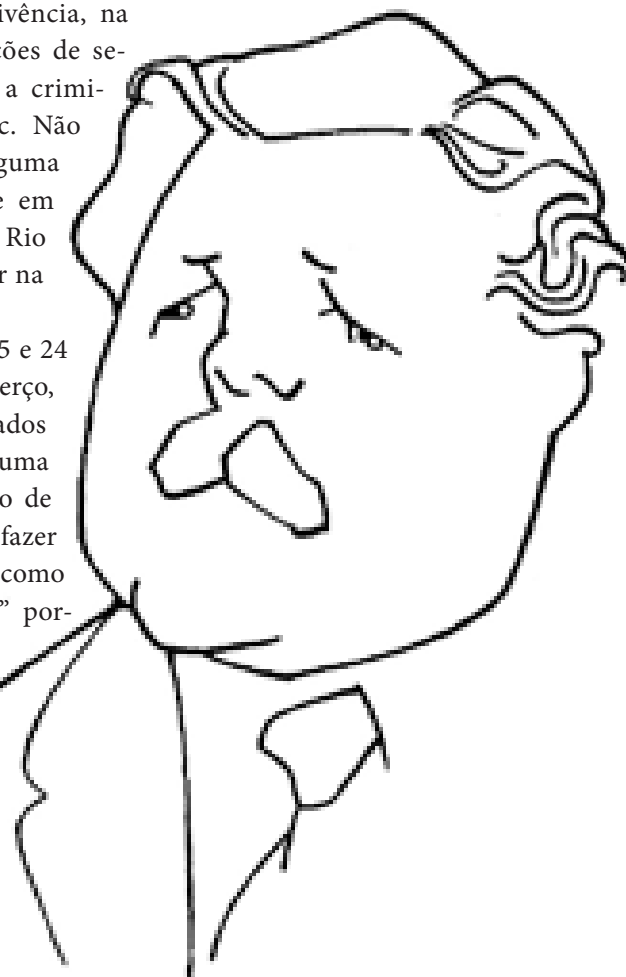
ma ocupação, não conseguiu vender um picolé na praia. E só nessa condição que o IBGE considera como desempregado. O subemprego é aquele em que o sujeito ganha menos de um salário mínimo, e está hoje em 23% da força de trabalho. Se você soma desemprego absoluto com subemprego, dá 33% da força de trabalho hoje no Brasil, ou seja, um terço da força de trabalho, um terço da população economicamente ativa. Isso é mais que o triplo do desemprego na grande depressão dos EUA, na década de 30, que foi 25%, 26%. A nossa situação, com certeza, é mais grave. E só não é tão grave como era na década de 30 porque, na época, não se tinha nenhuma estrutura social de apoio ao desempregado. Quando é lançado o “New Deal” pelo presidente Roosevelt, se começa a criar toda uma política de pleno emprego.

Quando se fala em emprego, estamos falando em emprego de carteira assinada. Se bem que seja muito melhor para as pes-

soas terem emprego de carteira assinada, porque aí se tem Previdência e uma série de benefícios, quando se fala em política de pleno emprego é qualquer tipo de ocupação remunerada digna. E quando o desemprego domina, nós temos uma porta aberta para as atividades de sobrevivência, estratégias de sobrevivência, na ilegalidade, as condições de segurança se agravam, a criminalidade aumenta etc. Não há possibilidade alguma de enfrentar o crime em uma cidade como o Rio de Janeiro, sem pensar na questão do emprego.

Dos jovens entre 15 e 24 anos, 27%, quase um terço, estão ou desempregados ou não estudam, em uma metrópole como o Rio de Janeiro. E não adianta fazer um programa especial como o “Primeiro Emprego” porque isso não funciona. Isso é precarizar o trabalho de todos, em nome de dar trabalho precário aos jovens.

O fato é que você não melhora o emprego dessa forma. Essa situação do mercado de trabalho é sem precedentes na história brasileira. **A pior crise social da nossa história é determinada pelo indicador do desemprego.**



Isso as pessoas sabem. O que elas não sabem – e fiquei assustando quando acompanhei pesquisas de opinião qualitativas, com grupos de pessoas – é que ninguém, em todas as classes sociais, associa desemprego com política econômica. Em geral, se pensa que o desemprego é culpa do desempregado, que não estudou, não se qualificou, não é habilidoso. No entanto, toda culpa pelo desemprego é da política econômica, é quase exclusivamente dela. Se não houver uma política econômica compatível com isso, o pleno emprego, a casa cai. Ou então se cria emprego em lugares e desemprego em outros. Qual é a economia que está por trás dessa situação de desemprego no Brasil?

Vou dizer três coisas, que se diz toda hora a respeito da política econômica brasileira. A primeira é que todo mês ou de 45 em 45 dias, o Banco Central anuncia a

taxa de juros e há uma repercussão grande na imprensa, se ele reduziu ou não o suficiente ou deveria reduzir mais. A outra coisa é o superávit primário, toda hora há o anúncio de quanto o governo fez de superávit primário. E a taxa de câmbio, que pode estar flutuando ou não. Tudo isso aparece no jornal, mas obviamente de uma forma simples, ninguém aprofunda essas questões. Ou quando explica, o faz de forma neoliberal. Eu quero uma explicação para isso da ótica do bem-estar social.

Superávit e pobreza


Quando se tem um alto superávit primário, de mais de 4,25% do PIB, o que é isso, do ponto de vista do mercado de trabalho? Se vai fazer 4,25% ou 4,5%, vai continuar recursos para garantir superávit. O superávit primário é a

diferença entre a receita pública dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – e os gastos públicos deles, não contabilizando juros. O que significa isso, do ponto de vista funcional na economia brasileira? Significa tirar recursos da economia, que vai funcionar com R\$ 100 bi a menos. E esse valor que é usado para pagar juros, não volta para a economia. É reaplicado no mercado financeiro, porque a taxa de juros dá mais rentabilidade do que qualquer negócio no Brasil. É isso a principal força que retrai a economia brasileira, nesse nível medíocre de 2% ao ano.

Essa política econômica que se caracteriza por lucros financeiros estratosféricos, porque o juro é sobre a moeda e não sobre a poupança, é uma tática extravagante. A taxa americana subiu agora, porque eles estão com a economia crescendo muito. O consumo americano está criando um déficit de conta corrente para o exterior de quase US\$ 1 tri. Então, subiram muito a taxa de juros, que está em 5%. E a nossa está em quase 15%.

Essa política, combinada com a

política de superávit primário, provoca mais instabilidade no mercado de câmbio, pois temos um câmbio livre. Quem tem câmbio livre tem superávit comercial muito grande. Porque se você deixa o câmbio flutuar, segundo as forças do mercado, qualquer modificação no mercado mundial leva à queda, crise cambial. Estamos, literalmente, nas mãos do mercado financeiro internacional e a forma de compensar essa instabilidade é aumentar a taxa de juros.

Mas o custo interno disso é brutal! Se tem que aumentar a taxa de juros, há que aumentar o superávit primário para pagar os juros. E o que acontece? Trava a economia, o desemprego aumenta. E por trás disso, o processo de transferência de renda brutal. Todos os sistemas tributários, todos os sistemas fiscais do mundo civilizado são no sentido de transferência de recursos dos ricos para os pobres. Temos hoje dois únicos sistemas no mundo, que transferem recursos do pobre para o rico: o de Bush e o brasileiro, neoliberal. São os dois únicos que conhecemos que operam tirando recursos reais da massa. 

Uma política de pleno emprego

Qual é a alternativa para isso? A alternativa a gente conhece desde a década de 30: é uma política de pleno emprego. Quero chamar a atenção para esse conceito, que as pessoas às vezes entendem muito mal. Não estou falando de política de geração de emprego, que é um conceito microeconômico. Política de pleno emprego é para criar condições de pleno emprego no mercado de trabalho. Ela não cria diretamente o emprego, ela dá condições ao mercado de trabalho. Ela atua, principalmente, na política fiscal, fazendo o caminho inverso ao que mencionei do superávit primário. Em vez de superávit primário, vai fazer déficit do setor público. Se a gente tira mais recursos da economia do que devolve, está provocando retração. Muita gente fala que o problema no Brasil é que não há poupança. Temos poupança demais, R\$ 1 tri de poupança no mercado financeiro, que não é transformado em investimento produtivo, fica rendendo. Passou de 30% do PIB, no começo do governo FHC, para quase 60%, no final.

O que é o primeiro movimento de uma política de pleno emprego? É reduzir a taxa de juros. Ao fazer isso, a primeira coisa que acontece é esse capital que está no mercado financeiro ser esti-

mulado a investir. Se não investe, o governo toma emprestado esses recursos e investe. E como o governo faz isso? Fazendo déficit. Dizem que o governo não pode fazer déficit, tem que gastar menos do que arrecada. Em uma situação de alto desemprego, o governo tem que fazer déficit. Déficit é inflacionário? Déficit só é inflacionário em uma situação de emprego, com desemprego isso não acontece. Não há nenhuma razão para a inflação de demanda ser associada a uma política de pleno emprego.

Para se ter uma idéia do que aconteceu de 1999 para cá, o superávit primário, nesse período, chegou a R\$ 565 bi, foi o que o governo tirou da economia e não devolveu. Os juros acumulados nesse período foram de R\$ 1,140 trilhão, pagos pelo governo ao setor privado. Não é o governo que está gastando muito, como dizem alguns empresários. O problema todo é que o governo está gastando demais em juros, o que está estrangulando a economia brasileira. E a saída é uma política de pleno emprego: redução da taxa de juros, redução de superávit primário, estabilização da taxa de câmbio, e um programa de investimento em políticas públicas e em emprego.

O mercado de planos de saúde: o problema vira solução?

O artigo a seguir trata de questões que serão abordadas no curso que o autor dará entre os próximos dias sete e 28 de novembro, no Corecon-RJ. Informações sobre o curso podem ser obtidas no portal dos economistas na internet – www.economistas.org.br – ou na Secretaria de Cursos, pelos telefones 2103-0118/19.

■ Carlos Octávio Ocké-Reis*
Economista

Os custos crescentes configuram um traço marcante no mercado de planos de saúde e tendem a provocar uma variação do nível de preços na saúde maior do que a taxa média de inflação da economia, como se observa na Tabela 1.

Em nível internacional, a escalada dos custos no âmbito dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico não produziu melhores condições de saúde da população, nem uma atenção médica mais eficiente, e sim maiores preços, como no caso dos Estados Unidos. No Brasil, constata-se o peso crescente da saúde no orçamento das famílias e a elevada participação de seus produtos na formação das taxas dos índices de preço ao consumidor. Parece importante, então, investigar a natureza e os impactos da inflação médica sobre a economia, o sistema de saúde e a população, seja em relação à participação do setor saúde no Produto Interno Bruto ou ao nível de eficiência e equidade das políticas.

Da ótica das políticas públicas, refletir sobre o comportamento da inflação do setor saúde tornou-se necessário depois que a regulamentação de preços passou a ser de competência legal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), uma espécie de “agência

executiva” do Ministério da Saúde. A partir de 2001, a Agência vem definindo, por meio de resoluções normativas, os índices para aplicação de reajustes, estabelecendo a política de preços dos planos individuais e familiares, contratados após janeiro de 1999 ou adaptados à Lei n.º 9.656, de 1998.

Vale dizer, o reajuste anual definido pela ANS para remarcação dos preços não representa um tabelamento do valor nominal dos preços dos planos individuais novos. É tão-somente um percentual de reajuste autorizado previamente – um teto fixado a cada ano – que delimita a variação dos prêmios e contraprestações pecuniárias, ou seja, a margem de aumento possível dentro do marco regulatório, para os contratos novos com mais de um ano. Desse modo, não existe um controle de preços *strictu sensu* dos planos individuais, mas, sim, o monitoramento da evolução dos preços mediante a demarcação de um teto de reajuste dos preços dos planos individuais novos, com mais de um ano de contrato, a partir do ano 2000.

Crescendo mais que a inflação

A tabela 2 mostra que os reajustes dos planos individuais da ANS ficaram um pouco abaixo da taxa de inflação do Dieese, próximos ao IPCA e acima do IPC da Fipe, entre maio de 2001 e abril de



Tabela 1 - Taxa acumulada: Inflação média versus índice de preços ao consumidor, 2002 - 2004

País	Taxa Acumulada		
	Inflação média	IPC(*)	Diferença
Alemanha	14,00%	3,64%	10,36%
Canadá	42,38%	6,95%	35,43%
Espanha	19,38%	9,06%	10,32%
Estados Unidos	48,11%	7,79%	40,32%
França (a)	13,96%	4,14%	9,81%
Holanda	29,18%	11,82%	17,36%
Itália	8,64%	7,19%	1,44%
Reino unido (b)	10,35%	2,72%	7,63%
Suíça	24,00%	1,30%	22,69%

Fonte: Towers Perrin (2006). Adaptação: IPEA/DIMAC.

(*) Média do Índice de Preço ao Consumidor divulgada pelo Fundo Monetário Internacional.

(a) relativo ao período 2003-2004.

(b) relativo ao período 2002-2003.

2005. No entanto, os preços dos planos cresceram mais do que a inflação do setor saúde em todos os índices, e, em particular, a evolução acentuada dos preços dos planos individuais medidos pelo Dieese se deve à coleta daqueles planos com menos de um ano de contrato, cujo preço de entrada tem sido, sistematicamente, remarcado, em particular, nas faixas etárias mais elevadas. Em suma, o crescimento dos preços tem sido elevado nos últimos anos, e, em que pese a expectativa de que a variação dos preços administrados seja de queda em 2006, os planos de saúde podem se constituir numa exceção.

O conflito que cerca a definição do valor do índice de reajuste dos planos de saúde é bastante acirrado, pois as operadoras líderes jogam pela adoção de um índice próprio ou pela liberdade de fixar preços. Certamente, o perigo da indexação não está afastado com a adoção de índices oficiais, entretanto, o uso em lar-

ção dos preços dos planos de saúde sobre o volume de subsídios transferido do Estado para o mercado, por meio da renúncia de arrecadação fiscal, seu caráter crescente é um calcanhar-de-aquiles da agenda setorial; afinal, os mecanismos financeiros privados tendem a embaraçar o financiamento das políticas de saúde em escala mundial, e, em nosso caso, isso poderia significar a subtração de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) ou a adoção de um controle indiscriminado de seus custos, o que reduziria sua capacidade de atender seus preceitos constitucionais, em relação à universalização do acesso e humanização dos serviços de saúde.


Na atual circunstância histórica, é necessário acumular forças para construir uma hegemonia capaz de reinventar o sistema de saúde fora das relações de mercado e de suas tendências à exclusão. Contudo, durante esse processo, cobremos ao menos que o Estado use seu poder

oligopsônico (de compra) como instrumento de relativização do poder do capital nessa esfera, quiçá atuando em sinergia com os planos que possam servir de farol na regulação de preços, padronização da cobertura, melhoria da qualidade da atenção médica, implantação de arranjos organizacionais solidários (subsídios cruzados) e, sobretudo, no cumprimento de metas clínicas e epidemiológicas, definidas pelo Ministério da Saúde.

A rigor, de uma parte, o Estado não consegue ampliar a cobertura da atenção médica pública, em um quadro de restrição orçamentária, restringendo o fortalecimento do SUS e deixando espaço para atuação do setor oligopolista.

De outro, o mercado de planos apresenta uma trajetória de custos e preços crescentes, em um contexto de baixos salários da economia brasileira, o que pode exigir

no médio prazo a ampliação de subsídios regressivos e a expulsão da clientela da medicina privada de alto risco – em um primeiro exame – sem nenhum planejamento prévio do SUS.

Desse modo, se é irrealista propor agora políticas desconhecendo a presença do mercado no sistema de saúde brasileiro, seria necessário afirmar qual é sua função social à luz dos valores de cidadania postos na Constituição, induzindo um espaço de atuação de fato suplementar aos planos. Finalmente, ao lado da promoção da concorrência regulada que deve ser capitaneada pela ANS, é preciso consolidar *pari et passu* o SUS, expandindo com qualidade seus serviços à população de baixa renda e às classes médias, mediante o aumento do gasto público e a melhoria da alocação e qualidade de tal gasto. 

(*) Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA.

Tabela 2 - Taxa de inflação acumulada - Maio 2001/Abril 2005

Período	Taxa inflação Acumulada(%)									
	ANS	Geral			Saúde			Planos de Saúde		
		Dieese	Fipe	IBGE	Dieese	Fipe	IBGE	Dieese	Fipe	IBGE
Maio 2001/Abril 2005	42,95	46,69	36,99	43,44	83,65	36,12	36,26	128,59	41,3	40,3

Fonte: ANS, ICV/DIEESE, IPC/FIPE e IPCA/IBGE. Elaboração: IPEA/DIMAC.

ga escala de índices próprios poderá conduzir ao aparecimento de uma espiral inflacionária no setor, em um contexto que parecia ter extinguido a indexação da economia brasileira. Existem divergências quanto às melhores alternativas para superar esse problema, mas sem dúvida a contenção de tais preços deve ser enfrentada pelas autoridades governamentais, instituições públicas e agentes econômicos privados.

Em especial, considerando as possíveis conseqüências da evolu-

O modelo de desenvolvimento chinês

(30 de outubro a 19 de dezembro de 2006, às terças-feiras, de 18h45 às 21h30)

O mercado de planos de saúde: o problema vira solução?

(7 a 28 de novembro de 2006 - terças-feiras de 18h30 às 20h30)

Derivativos e Engenharia Financeira (de 9 de novembro a 7 de dezembro, quintas e sextas-feiras, de 18h30 às 22h)

Informações e inscrições: www.economistas.org.br - Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119

Compras governamentais:

disputa de mercados

O artigo a seguir é um resumo da dissertação de mestrado "Mundo mais inseguro: a importância das compras governamentais", menção honrosa no XIII Prêmio Brasil de Economia, do

Cofecon. Ela analisa as contribuições de três paradigmas de concorrência (neoclássico, estrutural e institucional) para o aumento da competição nas compras e está sendo publicada na coletânea de monografias do Tesouro Nacional, edição 2005. Está também disponível na biblioteca do IE/UFRJ.

■ Felipe Silveira Marques*
Economista

As compras de bens e serviços pelo governo são objeto de grande interesse econômico, social e político. Em relação aos aspectos econômicos, as compras são tema importante por, pelo menos, quatro motivos. Primeiro, são

importante item na agenda mundial de liberalização comercial, fazendo parte da Agenda de Cingapura, estabelecida pelos países desenvolvidos, em 1996. Desde então, o tema é negociado em organizações regionais e multilaterais, como União Européia, Nafta e Apec. Um acordo que envolva compras visa garantir tratamento não-discriminatório ao produto estrangeiro e pode ter importantes efeitos sobre a balança comercial do país. Ao aderir a eles, normas e procedimentos sobre compras ficam

sujeitas à disciplina multilateral. Assim, antes de assinar acordos deste tipo é importante que os governos avaliem suas políticas de compra para fazer logo eventuais ajustes, pois, depois estes ficarão prejudicados pelo monitoramento de outros países.

Um segundo aspecto é relacionado à introdução das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas licitações. As compras são campo propício para incorporação das TICs, como os leilões reversos realizados pela internet, que têm aumentado a eficiência e transparência das licitações. O terceiro motivo é o potencial de utilização do poder de compra do governo para fomentar setores, cadeias produtivas e capacitações em firmas. As compras, principalmente as relacionadas à defesa nacional, podem ter importante impacto na criação de novas tecnologias, como mostra a experiência do desenvolvimento do microprocessador e da rede mundial de computadores. Além disso, elas podem ser utilizadas em políticas de incentivo a regiões deprimidas, como é feito nos EUA. Por fim, as compras são parte importante



ser utilizadas em políticas de incentivo a regiões deprimidas, como é feito nos EUA. Por fim, as compras são parte importante

do gasto público e, conseqüentemente, do PIB.


Um estudo da OCDE estimou as compras, em 1998, como 46% do gasto público mundial, US\$ 2,6 trilhões ou 8,7% do PIB. Este grande volume aponta para a importância das compras na melhoria da qualidade do gasto público. No entanto, o tema é surpreendentemente pouco abordado em propostas de

ajustes fiscais. As compras são o grupo de gasto que melhor pode contribuir para a liberação de recursos para outros fins, pois é aquele que oferece menos resistência política a sua diminuição. Sua redução pode ser feita pela diminuição de gastos em atividades-meio e/ou dos preços de bens ou serviços adquiridos, reduzindo gastos pela melhoria da eficiência e não pelo corte de

serviços ou benefícios. Para isto, é importante a avaliação dos aspectos econômicos das compras e não simplesmente de seus aspectos legais.

No Brasil, devido ao aumento de cerca de 10 pontos percentuais na relação carga tributária-PIB, na última década, motivado principalmente pelo aumento do dispêndio governamental, a redução do gasto público tem sido tema constante na agenda recente. Muitos economistas apontam para a necessidade de diminuição do gasto, sem avançar em análises e elaboração sobre como fazer isto, seletivamente. As propostas existentes enfrentam grande resistência política, como a

de redução dos gastos com Previdência Social.

Mesmo economistas heterodoxos, incorporam a sugestão da redução de certas despesas para aumentar o gasto social ou em infra-estrutura. Muitos defendem a adoção de controle de capitais como forma de diminuir a despesa com juros e liberar recursos governamentais. E elas estão também sujeitas a problemas políticos, visto que detentores de títulos apresentarão resistência. A política não enfrentaria, no entanto, problemas contratuais, já que o governo fixa a taxa básica de juros (Selic). 

* Doutorando do IE/UFRJ, bolsista CNPq. Correio: fsmarques@ufrj.br

Quem é quem no gasto público

O quadro ao lado apresenta uma tipologia de desagregação do gasto público que busca explicitar fontes de rigidez, entendidas como regulamentações contratuais ou legais. Ao dividir o gasto em pessoal, transferências obrigatórias, voluntárias, gasto financeiro e compras, verifica-se que os três últimos são passíveis de um maior controle governamental.

Os dois primeiros grupos (gasto de pessoal e transferências obrigatórias) são rígidos a curto prazo. A redução do gasto com pessoal enfrenta problemas como a irredutibilidade legal do salário nominal e as dificuldades do setor público em demitir.

Transferências obrigatórias, como aposentadorias e repasse de certos percentuais de impostos a governos subnacionais, não podem ser reduzidos devido a dispositivos legais ou contratos. Para alterá-los são necessários mudanças em leis ou até na Constituição.

As transferências voluntárias são instrumento importante para a política social. Transferências dire-

tas de renda para famílias pobres, como o Bolsa-Família, ou convênios com entidades assistenciais, como a Pastoral da Criança, são despesas típicas do grupo. Outros gastos presentes são convênios com governos subnacionais ou outras entidades para investimentos conjuntos. Este é, em geral, o grupo de despesa que mais sofre em um processo de ajuste fiscal, por serem despesas facilmente revogáveis. Cortes aqui, no entanto, significam menos gasto social e, em certa escala, menores investimentos, embora os investimentos sejam feitos, em geral, por compras diretas. Além disso, reduções neste grupo raramente são relacionadas a aumento de eficiência, pois são transferências diretas onde há pouco gasto em atividades-meio.

O grupo de gasto financeiro, apesar de ter sua magnitude definida principalmente pela Selic, não deve ser alvo de mudanças bruscas. Mesmo os que defendem sua queda de forma rápida, alertam para a necessidade de controles

de capitais, a fim de evitar uma fuga de divisas do país. A adoção do controle, no entanto, envolve custos políticos que muitos governos não estariam dispostos a pagar. O grupo de compras pode ter significativas reduções, no curto prazo, por dois motivos principais: 1) grande peso de gastos administrativos; e 2) utilização do

poder de compra do Estado para obter preços mais baixos.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante ressaltar que grande parte do gasto nas compras é destinada a operações meio, e não fins. Em alguns casos, os gastos com despesas administrativas necessárias para operacionalizar as compras chegam próximas ao

Grupo	Despesas
Gasto de pessoal	Salários e Encargos
Transferências Obrigatórias	Aposentadorias
	A governos subnacionais
	A outras entidades
Transferências Voluntárias	Programas de transferência de renda
	Convênios para Política Social
	Convênios para investimentos conjuntos
Gasto Financeiro	Juros
	Amortizações
Compras	Custeio
	Investimento

Como comprar melhor?

Reduções de preço, da ordem de 20%, são normalmente conseguidas pelas licitações realizadas pela internet, nos pregões eletrônicos. No sítio de compras do governo federal (www.comprasnet.gov.br), por exemplo, as reduções oscilam entre 15% e 20%. Ao aumentar o número de competidores nas licitações, o governo consegue baixar seus custos sem reduzir a quantidade comprada. Uma das razões para que a área de compras não seja examinada pelos autores que fazem propostas de redução do gasto público é que existe pouca teoria econômica associada às compras públicas. A pouca atenção dada ao tema é surpreendente, dado o tamanho do gasto destinado a compras.

No Brasil, as compras dos três níveis de governo chegaram, em 2002, a R\$ 103 bilhões. Uma simples redução de 5% nos preços pouparia cerca de R\$ 5 bilhões, quantia igual ao orçamento total do Bolsa-Família, em 2003. A monografia analisou as normas e procedimentos nas compras de Brasil e EUA, utilizando como referência teórica o modelo Estrutura-Condução-Desempenho (E-C-D). Os principais resultados foram, inclusive, relatados em artigo publicado neste *JE*, edição de setembro de 2005. No Brasil, a excessiva preocupação com a corrupção e a tentativa de se obter uma concorrência ampla e aberta levou a uma série de outras práticas pouco usuais internacionalmente. Entre elas, podemos citar:

- 1) Mesma legislação, sem modificações, se aplica a governos subnacionais, administração indireta e estatais, à exceção da Petrobras.
- 2) Órgãos do governo não podem adaptar procedimentos a suas práticas internas.
- 3) Proibição de tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras, exceto na área de informática, e inexistência de qualquer mecanismo de incentivo às pequenas empresas, embora esteja previsto no Estatuto da Microempresa que "a política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte".
- 4) Restrição aos casos em que outros fatores além do preço, como técnica, podem ser avaliados nas licitações, mesmo em setores onde a qualidade é muito importante, como medicamentos.
- 5) Modalidades de compra definidas pelo valor da licitação e não pela natureza do bem. Ou seja, pela legislação, uma compra de R\$ 1 milhão em canetas é tratada da mesma forma que compras que envolvam alta tecnologia.

Estas características divergem fortemente da experiência dos EUA, onde há privilégio à produção nacional, às pequenas empresas e onde as compras avaliam critérios de capacitação das empresas e tecnologia. As sugestões para melhoria das práticas brasileiras, detalhadas na dissertação, incluem: 1) simplificação dos procedimentos, 2) diminuição das compras sem licitação, 3) promoção das compras on-line e da concorrência; e 4) órgão coordenador, que controle todas as etapas do processo de licitação e avalie, além dos aspectos legais, os resultados econômicos das compras. No país, historicamente, já vieram à tona diversos casos de corrupção relacionados às compras públicas. Estes poderiam ser reduzidos se o combate à corrupção fosse feito com o aumento da competição e não com procedimentos complexos, que afastam as firmas das licitações e tornam lenta e intrincada a operação do setor público.



valor pago aos fornecedores. Estes gastos são passíveis de grande diminuição pelo aumento da eficiência e automatização de processos. Na Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) do Estado de São Paulo, por exemplo, o custo administrativo médio de um processo de compra na forma tradicional é de R\$ 1.074,09, enquanto é de R\$ 188,49 na forma eletrônica (FERRER, 2003, p. 7). Esta queda de quase 85% nos custos administrativos possibilitou uma economia de R\$ 55 milhões, entre janeiro e setembro de 2003. Houve ainda uma redução de 17% nos preços obtidos, devido à maior concorrência fruto da utilização da internet, que resultou em uma economia adicional de R\$ 11,2 milhões.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Orçamento 2007: O ano do Pan

No último três de outubro foi apresentado o orçamento/2007, que trouxe algumas novidades. Sem dúvida o foco central da proposta orçamentária são os Jogos do Pan. A influência é notada em diversos campos. Na área de saúde estão garantidos recursos para um plano de emergência médica, envolvendo quatro hospitais: Miguel Couto, Souza Aguiar, Lourenço Jorge e Salgado Filho.

Acompanharemos, com satisfação, a adequação física e a atualização tecnológica prometida para registrarmos que o Rio superou os graves problemas nesta área, clarificados na intervenção federal do ano passado. Já no transporte e trânsito foram e estão sendo programadas diversas obras de infra-estrutura, no entorno dos locais das competições e da Vila Olímpica. As obras municipais neste último local estão sendo investigadas pelo Ministério Público, devido à suspeita de favorecimento à construtora da Vila.

Nas instalações esportivas propriamente ditas destacam-se duas: as polêmicas obras no Autódromo e a construção de um estádio. Cabe ressaltar que a construção do Velódromo para as provas de ciclismo, “que, por ser um equipamento definitivo, terá suas obras iniciadas no final de 2006.” Tal programação evidencia o descaso com os esportistas nacionais, ora, a grande vantagem de se disputar “em casa” é justamente a pré-adaptação dos atletas nativos aos locais de competição.

Receitas e despesas

O Poder Executivo reduziu a margem de remanejamento em relação ao proposto em 2006, passando de 30% para 29% do total do orçamento, isto significa que o prefeito pode mexer em quase R\$ 3 bilhões, dos R\$ 10 bi programados. Tal assunto já foi exaustivamente debatido neste espaço e o

registro dessa redução é para explicitar o desprezo e a ironia com que o alcaide trata o planejamento governamental e o respeito ao direito à informação da sociedade. É digno de constatação que este orçamento é o décimo elaborado pelo atual prefeito, que é economista registrado. Em nenhum, ele teve competência para expor e executar o planejado. Em todos, utilizou o pernicioso estratagem do remanejamento para executar ações não ditas e discutidas no orçamento.

A tabela abaixo demonstra um crescimento de R\$ 500 milhões, em relação à Lei Orçamentária deste ano e de R\$ 2,2 bi, em relação ao arrecadado em 2006. O item da receita que mais cresceu foi o de Alienação de Bens (1400%), escudado na venda de imóveis municipais no valor de R\$ 254 milhões. Não foi esclarecido que imóveis serão postos à venda, mas temos a suposição de que se trate do estádio municipal – o Engenhão. Ela é baseada em declarações de autoridades municipais que não desejam administrar o estádio, a ser finalizado para o Pan.


Saltam aos olhos também os R\$ 150 milhões do Fundo de Investimento Direitos Creditórios. Esta contabilidade já obedece à nova classificação das naturezas de receita por determinação federal.

Por sua vez, as reduções das receitas – patrimonial e operações de crédito – nos levam a crer na pouca expectativa de disponibilidade financeira, assim como,

pela proximidade do limite legal de endividamento, impede novos empréstimos.

A evolução da despesa demonstra o crescimento do custeio, em detrimento dos investimentos. Essa tendência é particularmente preocupante, se levarmos em conta que a realização do Pan demanda vultosos recursos em investimentos. Por dedução, significa que as outras áreas governamentais têm um estancamento de suas capacidades operacionais

praticamente mantendo apenas a estrutura atual. Áreas como educação, meio ambiente, saneamento e assistência social poderão ter a sua operacionalidade dificultada no futuro, pela ausência de investimentos no presente – tal qual como ocorreu na saúde.

Uma das razões para carência de recursos está no desembolso elevado do pagamento da dívida (juros mais amortização) – mais de R\$ 800 milhões, maior que todo investimento programado. 

Em milhões de reais	2004	2005	LOA/2006	Proposta 2007
RECEITAS				
Tributárias	2.641,70	2.939,70	3.357,60	3.587,90
de Contribuições	492,20	523,70	673,30	708,50
Patrimonial	511,60	517,70	881,90	543,10
Industrial	6,60	6,20	8,10	4,70
de Serviços	140,00	99,00	226,30	236,70
Transferências Correntes	3.134,20	2.999,30	3.463,50	3.611,90
Outras Receitas Correntes	640,00	563,80	641,90	636,80
Receitas Correntes	7.566,30	7.649,40	9.252,60	9.329,60
Operações de Crédito	191,60	75,10	144,60	60,40
Alienação de Bens	2,00	19,40	19,30	273,30
Amortizações de Empréstimos	54,90	62,60	59,40	68,40
Transferências de Capital	7,70	4,70	-	30,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	230,00
Receitas de Capital	256,20	161,80	223,30	662,10
Total	7.822,50	7.811,20	9.475,90	9.991,70
DESPEASAS				
Pessoal e Encargos Sociais	3.957,00	4.328,60	4.910,105.256,40	
Juros e Encargos da Dívida	433,10	476,70	511,80	514,20
Outras Receitas Correntes	2.117,20	2.117,70	2.123,90	2.672,20
Despesas Correntes	6.507,30	6.923,00	7.545,80	8.442,80
Investimentos	724,20	557,20	1.103,80	810,80
Inversões Financeiras	35,50	86,90	458,00	373,90
Amortização da Dívida	226,60	254,70	351,50	348,10
Despesas de Capital	986,30	898,80	1.913,30	1.532,80
Reserva de Contingência	-	-	16,80	16,10
Total	7.493,60	7.821,80	9.475,90	9.991,70

Eleição Corecon-RJ - Manifesto do MRE

As tarefas para 2007

No próximo dia 27, das 9 às 18h, os economistas em dia com suas obrigações junto ao Conselho Regional de Economia estarão elegendo o novo terço de membros da entidade. As urnas ficarão na sede do Conselho, no 16º andar. O texto a seguir é da chapa inscrita às eleições, do Movimento pela Renovação dos Economistas.

Em um dos seus números recentes, a revista *Economist* divulga as taxas de incremento do PIB, nos últimos 12 meses, de 27 economias emergentes. O Brasil registra a menor taxa entre os países listados. E tal é a situação que vem se prolongando, por duas décadas e meia. Fato esse absolutamente inaceitável, dado que o Brasil apresenta, em termos de crescimento, condições mais favoráveis que qualquer dos outros 26 países. Entre essas condições, se acham o equilíbrio territorial – população, unidade lingüística e cultural – abundância de recursos naturais, grande mercado interno, ausência de conflitos étnicos e religiosos e bom relacionamento com nações vizinhas.

Já hoje não se duvida serem os maus resultados da economia brasileira devidos à adesão ao neoliberalismo, tal como sacramentado no Consenso de Washington. Segundo ele, as políticas econômicas válidas para os países desenvolvidos aplicam-se, igualmente, às economias

retardatárias. Significa isso que, basta garantir os equilíbrios cambial, fiscal e monetário para que o desenvolvimento ocorra, mediante a simples ação das forças do mercado. Políticas ou estratégias de desenvolvimento seriam não só desnecessárias, como até prejudiciais.

Por aceitar essa interpretação, o Brasil se acha hoje a braços com gravíssimos problemas sociais, políticos e econômicos. Socialmente, o país enfrenta distorções como o elevadíssimo nível de concentração de renda (o terceiro mais elevado do mundo), desemprego, processo de favelização crescente, multiplicação da população de rua e criminalidade fora de controle. Politicamente, conforme demonstram os resultados da última eleição presidencial, temos o surgimento do que os comentaristas políticos chamam de os dois Brasis, ou seja, a divisão do país entre o Norte e Nordeste e o Centro Sul. Economicamente, temos os altíssimos juros, que desencorajam investimentos privados, os superávits primários, que reduzem

a poupança pública, a sobrevalorização cambial, o sucateamento da infra-estrutura de transportes e assim por diante.

Na verdade, porém, a raiz de todos esses problemas é essencialmente econômica. De fato, se rejeitando o neoliberalismo houvessemos crescido no ritmo anual de 7%, tal como aconteceu nos 30 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, o país teria hoje PIB duas vezes superior ao atual e nenhum dos problemas acima existiriam, ou seriam bem menores. A recuperação da sociedade brasileira, ou pelo menos a indicação dos meios e modos para conseguir esse resultado, cabe aos economistas.

O Corecon-RJ reconhece esse fato e aceita as responsabilidades dele decorrentes. Com isso, dá continuidade à posição de liderança intelectual, que sempre foi sua, no segmento profissional que representa. Liderança, no passado, assumida pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) e, presentemente, pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento - CED.

Em 2006, para difundir a idéia da necessidade de recolocar o Brasil no caminho do crescimento acelerado, o Corecon-RJ patrocinou, com base no CED, seminários e programas de televisão, além de divulgar trabalhos próprios e de terceiros versando sobre o tema do desenvolvimento.

O ano de 2007 será especial por marcar o início de novo mandato presidencial, criando a oportunidade de rompimento com o estagnacionismo que dominou a economia brasileira nos últimos 25 anos. O Corecon-RJ se propõe assumir a tarefa de agir junto às forças políticas, às entidades representativas de grupos profissionais e sociais, no sentido de uni-las em grande campanha, objetivando alertar o país para a urgente e premente necessidade de definir, e implementar, estratégia capaz de recolocar o país na trilha do desenvolvimento econômico.

Essa é a tarefa a ser levada a cabo, em 2007, e para a qual esperamos o apoio de todos os segmentos da sociedade brasileira. ☐

Presidente

João Paulo de Almeida Magalhães

Vice-presidente

Paulo Sérgio Souto

Conselheiros Efetivos 3º Terço

Carlos Henrique Tibiriça Miranda

José Antonio Lutterbach Soares

Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Suplentes 3º Terço

Angela Maria de Lemos Gelli

Rogério da Silva Rocha

Sandra Maria Carvalho de Souza

Conselheiro Federal Efetivo

João Manoel Gonçalves Barbosa

Delegado-eleitor Efetivo

José Antonio Lutterbach Soares

Delegado-eleitor Suplente

Wellington Leonardo da Silva

Inscrição em prêmio é prorrogada

Foram prorrogadas, até 30 de outubro, as inscrições para o Prêmio Ipea-CEF 2006, cujos temas são "Eficiência e efetividade do Estado no Brasil", "Distribuição de renda e inclusão econômica e social" e "Sistema financeiro e desenvolvimento econômico".

Na categoria estudantes de graduação, primeiro e segundo coloca-

dos receberão o prêmio de R\$ 5 mil e R\$ 2,5 mil, respectivamente. Para os profissionais, as premiações serão de R\$ 20 mil e R\$ 10 mil para a primeira e segunda colocação.

O regulamento e mais informações podem ser obtidos no portal www.esaf.fazenda.gov.br.